



Prefeitura Municipal de Domingos Martins

Estado do Espírito Santo

Rua Bernardino Monteiro, 22 – Centro – Domingos Martins – Espírito Santo

CEP 29260-000 – Fone: (27) 3268-1344 / 1239

www.domingosmartins.es.gov.br – gabinete@domingosmartins.es.gov.br

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO ÓRGÃO CENTRAL DE CONTROLE INTERNO

Emitente: Unidade Central de Controle Interno do Poder Executivo – Controladoria Interna

Unidade Gestora: Fundo Municipal de Saúde

Gestor responsável: Adimar Alves de Souza

Exercício: 2020

1. Introdução

A Controladoria Interna da Prefeitura Municipal de Domingos Martins (Unidade Central de Controle Interno) publicou o Plano Anual de Auditoria – PAAI para o exercício de 2020, disponibilizando o planejamento dos procedimentos de auditoria e controle a serem executados no referido exercício, bem como a normatização operacional que foi empregada como balizador das atividades propostas.

As auditorias programadas para o ano de 2020, expostas no Plano supramencionado, pretendiam avaliar o funcionamento e a regularidade de alguns Sistemas Administrativos, selecionados conforme aspectos de materialidade, relevância e vulnerabilidade, através da elaboração de Matriz de Riscos para o exercício, utilizando também os resultados obtidos na aplicação dos instrumentos de Avaliação dos Serviços Prestados, bem como as práticas diárias do Controle Interno.

Parte dos procedimentos previstos para serem realizados em 2020 não foram concretizados, diante das demandas extraordinárias oriundas do período da pandemia do Covid-19, sendo postergadas para o exercício subsequente. As ações excepcionais realizadas também foram discriminadas na tabela abaixo.

Ademais, o Controle Interno atuou também, através de ações corretivas e recomendações administrativas, frente às falhas detectadas, informando aos setores, a importância de submeter-se às normas vigentes.

Toda a atuação da Unidade de Controle foi regida pelos princípios da legalidade, legitimidade, economicidade, eficiência e eficácia, e especialmente, pelos princípios de segregação de funções e preservação da independência.

Especificamente para o Fundo Municipal de Saúde, foram avaliados os pontos de controle abordados no RELUCI – Gestão do Fundo, por meio de avaliação de documentos específicos, tais como, demonstrativos, anexos e relatórios contábeis, e de pessoal. Além destes pontos, outras temáticas foram analisadas através de auditorias, inspeções recomendações, relatórios, entre outras, todas atividades previstas no PAAI 2020.

O PAAI 2020 como instrumento de planejamento para a atuação do Controle Interno não esgotou as atividades desenvolvidas pelo mesmo, dado que diversas realidades supervenientes exigiram dedicação significativa da Controladoria, de forma a promover retificações no Plano e adequação dos trabalhos. Os critérios empregados no Fundo de Saúde estão dispostos na Tabela a seguir:

Tabela 01: Pontos de Controle Específicos do Fundo Municipal de Saúde avaliados pelo Controle Interno.

Código	Objeto/Ponto de controle	Documentos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Selecionada
3.1	Funcionalidades do Portal da Transparência de Domingos Martins e adequações realizadas, diante das demandas ocasionadas pelo Covid-19.	Portal da Transparência – Sistema Eletrônico; Notificações de órgãos externos;	- Lei Federal nº 12.527/2011; - LRF. Lei da Transparência nº 131/2009; - Decreto Normativo Municipal nº 2.932/2016; - Lei nº 13.979/2020; - Lei nº 14.065/2020; - Lei nº 12.527/2011.	- Verificar a funcionalidade e adequação do Portal da Transparência do Município de Domingos Martins, quanto aos aspectos avaliados pelo TCEES; - Alterações e implementações realizadas no Portal da Transparência do município diante das exigências da Lei nº 13.979/2020, Lei nº 14.035/2020 e Recomendações expedidas por órgãos externos, originadas da situação de calamidade pública instaurada no país devido a pandemia do Coronavírus COVID-19).	Portal da Transparência – Sistema Eletrônico	Portal da Transparência – Sistema Eletrônico
3.2	Divulgação dos serviços oferecidos pelo Fundo Municipal de Saúde de Domingos Martins, por meio da Carta de Serviços.	Tabelas com informações sobre os serviços prestados pelo Fundo Municipal de Saúde, elaboradas pelos diversos setores que o compõe.	- Lei Federal nº 13.460/2017 - participação, proteção e defesa dos usuários dos serviços públicos.	Elaborar e divulgar a carta de serviços do Fundo Municipal de Saúde de Domingos Martins, no site oficial do Município, bem como disponibilizá-la nas dependências físicas do mesmo.	Tabelas com informações sobre os serviços prestados por todos os setores do Fundo Municipal de Saúde.	Tabelas com informações sobre os serviços prestados por todos os setores do Fundo Municipal de Saúde.
3.3	A utilização e o controle de veículos oficiais da Prefeitura	- Legislação específica sobre os recursos vinculados da	- Constituição Federal de 1988; - Lei nº	Disciplinar e regulamentar os procedimentos de uso e guarda da frota de veículos municipais,	Todos os veículos da frota municipal.	Todos os veículos da frota municipal.

Código	Objeto/Ponto de controle	Documentos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Seleccionada
	Municipal de Domingos Martins, no âmbito das Secretarias Municipais, de forma a estabelecer maior controle sobre o emprego do patrimônio público.	educação e análise dos documentos de controle dos veículos encaminhados pela própria Secretaria de Educação; - Recomendações nº 001/2019 e 002/2019; - Relatos de Secretarias sobre a guarda de veículos oficiais.	11.494/2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB.	fortalecendo os mecanismos de controle interno.		
3.4	Pagamento de gratificações no período de enfrentamento da pandemia da COVID-19, com base em manifestações dos órgãos de controle externo.	- Guia básico TCE-ES – hotsite Coronavírus.	- Lei Federal nº 13.979/2020, de 06/02/2020; - Medida Provisória nº 927/2020; - Medida Provisória nº 936/2020; - Decreto Estadual nº 4644-R/2020; - Portaria Estadual nº 078-R/2020; - Decreto Municipal nº 3.560/2020; - Decreto Municipal nº 3.563/2020; - Decreto Municipal nº 3.564/2020.	Adequação de alguns atos de pessoal e suas remunerações considerando a situação de emergência devido à COVID-19 evitando possíveis danos ao erário e transtornos em fiscalizações futuras.	Atos de pessoal e remuneração dos servidores.	Atos de pessoal e remuneração dos servidores.
3.5	Procedimentos de aquisição, recebimento, armazenamento, controle e distribuição dos medicamentos e materiais médico-hospitalares.	- Instrução Normativa SSP nº 003/2013; - Instrução Normativa SSP nº 004/2013.	- Relação Nacional de Medicamentos essenciais; - Relação Municipal de Medicamentos Essenciais; - Instrução Normativa SSP nº 003/2013; - Instrução Normativa SSP nº 004/2013.	Avaliar a regularidade nos procedimentos de aquisição, recebimento, armazenamento, controle e distribuição dos medicamentos e materiais médico-hospitalares.	- Processos de aquisição de medicamentos mais recentes; - 02 processos de aquisição de materiais médico-hospitalares; - Procedimentos adotados na Farmácia e Almojarifado da Saúde na aquisição, recebimento, armazenamento, controle e distribuição dos medicamentos e materiais médico-hospitalares.	- 02 processos de aquisição de medicamentos mais recentes; - 02 processos de aquisição de materiais médico-hospitalares; - Procedimentos adotados na Farmácia e Almojarifado da Saúde na aquisição, recebimento, armazenamento, controle e distribuição dos medicamentos e materiais médico-hospitalares.
3.6	Processos de	Processos de	- Lei nº	Verificar a conformidade	Processos de	16 processos

Código	Objeto/Ponto de controle	Documentos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Seleccionada
	contratações e aquisições relacionadas a pandemia do COVID-19 no período de janeiro a maio de 2020, realizadas por meio de dispensa de licitação, analisando a devida instrução processual para a adequada liquidação da despesa e posterior pagamento.	aquisição/contratação por dispensa de licitação relacionados a pandemia do Covid-19.	8.666/93.	dos processos de contratações e aquisições relacionadas a pandemia do COVID-19 no período de janeiro a maio de 2020, realizadas por meio de dispensa de licitação, analisando a devida instrução processual para a adequada liquidação da despesa e posterior pagamento.	aquisição/contratação por dispensa de licitação.	de aquisição/contratação por dispensa de licitação justificados pela pandemia do Covid-19.
3.7	Publicação dos atos referentes a contratações e aquisições justificados pela pandemia do Coronavírus em sítio eletrônico específico.	- Portal da Transparência; - Processos de aquisição/contratação por dispensa de licitação relacionados a pandemia do Covid-19.	- Lei 13.979/2020; - Lei nº 14.065/2020; - Lei 12.527/2011.	Verificar a transparência dos atos referentes a contratações e aquisições justificados pela pandemia do Coronavírus, buscando analisar se houve a correta disponibilização, em sítio eletrônico específico, de todos os processos de contratações e aquisições realizados neste período.	- Portal da Transparência; - Processos de aquisição/contratação por dispensa de licitação relacionados a pandemia do Covid-19.	- Portal da Transparência; - Processos de aquisição/contratação por dispensa de licitação relacionados a pandemia do Covid-19.
3.8	Aspectos relacionados aos servidores do Fundo de Saúde (atestados médicos, férias, horas extras, empréstimos consignados, extensão de carga horária, exercício de cargo comissionado e função gratificada, entre outros) e à sua folha de pagamento.	- Folha de Pagamento dos servidores do Fundo de Saúde; - Sistema Informatizado de Folha de Pagamento; - Documentos do Fundo sobre pessoal; - Jurisprudências; - Estatuto dos Servidores Municipais – Lei Complementar Municipal nº 004/2007; - Lei Municipal nº 1.934/2007; - Lei Municipal nº 1.935/2007.	- Estatuto dos Servidores Municipais – Lei Complementar Municipal nº 004/2007; - Lei Municipal nº 1.934/2007; - Lei Municipal nº 1.935/2007; - Constituição Federal de 1988; - Lei de Responsabilidade Fiscal nº 101/2000.	Avaliar a conformidade dos aspectos relacionados aos servidores do Fundo de Saúde e à sua folha de pagamento.	- Folha de Pagamento dos servidores do Fundo de Saúde; - Registros das visitas e Entrevistas com servidores do Fundo de Saúde; - Formulários adotados pelo Fundo de Saúde para controle de férias, horas extras, atestados, entre outros; - Respostas do Fundo de Saúde aos questionários aplicados pela Controladoria;	- Folha de Pagamento do Fundo de Saúde, nos meses de abril, maio e junho, para um total de 25 servidores, selecionados; - Registros das visitas e Entrevistas com servidores do Fundo de Saúde; - Formulários adotados pelo Fundo de Saúde para controle de férias, horas extras, atestados, entre outros; - Respostas do Fundo de Saúde aos questionários aplicados pela Controladoria;

Código	Objeto/Ponto de controle	Documentos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Selecionada
3.9	Pontos de controle definidos na Instrução Normativa nº 068/2020 do Tribunal de Contas do Espírito Santo.	- Demonstrativos Contábeis da Prefeitura de Domingos Martins; - Relatórios de Execução Orçamentária e Gestão Fiscal.	- Instrução Normativa nº 068/2020 do Tribunal de Contas do Espírito Santo.	Avaliar a conformidade dos pontos de controle definidos na Instrução Normativa nº 068/2020 do Tribunal de Contas do Espírito Santo.	- Demonstrativos Contábeis da Prefeitura de Domingos Martins; - Relatórios de Execução Orçamentária e Gestão Fiscal.	- Amostra selecionada conforme especificado no RELUCI.
3.10	Atualização e elaboração de Normas.	- Instruções Normativas existentes que se encontravam desatualizadas; - Procedimentos firmados na Prefeitura de Domingos Martins ainda não regulamentados ou estruturados por meio de atos normativos internos.	- Resolução TCE-ES nº 227/2011.	Atualizar Instruções Normativas existentes, bem como Elaborar novas Instruções Normativas para regulamentar os procedimentos firmados no âmbito da Prefeitura de Domingos Martins ainda não regulamentados ou estruturados por meio de atos normativos internos, nos diversos Sistemas.	- Instruções Normativas existentes nos diversos sistemas da Prefeitura, que se encontravam desatualizadas; - Procedimentos firmados na Prefeitura de Domingos Martins ainda não regulamentados ou estruturados por meio de atos normativos internos, nos diversos Sistemas.	- Procedimentos novos firmados no âmbito do Sistema de Saúde pública; - Atualização de Instruções.
3.11	Avaliação dos Serviços Públicos, conforme previsto na Lei Federal nº 13.460/2017, regulamentada pelo Decreto Normativo nº 3.392/2019.	Questionário online de Avaliação dos Serviços Públicos Prestados, destinado ao cidadão, disponibilizado no Site Oficial da Prefeitura de Domingos Martins.	- Lei Federal nº 13.460/2017; - Decreto Normativo nº 3.392/2019.	Avaliar os serviços prestados no âmbito da Administração Pública Municipal, averiguando a satisfação do usuário e a qualidade do serviço disponibilizado.	Respostas ao questionário online de Avaliação dos Serviços Públicos Prestados, destinado ao cidadão, disponibilizado no Site Oficial da Prefeitura de Domingos Martins.	Respostas ao questionário online de Avaliação dos Serviços Públicos Prestados, destinado ao cidadão, disponibilizado no Site Oficial da Prefeitura de Domingos Martins, no exercício 2020.
3.12	Atuação do Controle Interno e Identificação de Riscos no Fundo Municipal de Saúde.	- Questionários elaborados pela Controladoria Interna e aplicados no Fundo Municipal de Saúde de Domingos Martins.	- Orientações Normativas de órgãos de Controle interno e externo, federais e estaduais, que abordam a adoção de controle com base em gerenciamento de risco.	- Avaliar, junto ao Fundo Municipal de Saúde, as temáticas que envolvem maior risco na Prefeitura e no Fundo e que exigem maior atuação do Controle Interno, para elaboração do PACI e PAAI 2020; - Avaliar a atuação do Controle Interno no Fundo Municipal de Saúde.	- Fundo Municipal de Saúde.	- Fundo Municipal de Saúde.

2. Auditorias e outros procedimentos realizados

Acerca dos itens selecionados para análise, expostos na tabela acima, abordamos os seguintes achados e proposições:

Tabela 02: Achados e Proposições dos Pontos de Controle Específicos do Fundo Municipal de Saúde avaliados pelo Controle Interno.

Código	Achados	Proposições/Alertas	Situação
3.1	<p>Da análise do Portal da Transparência do Município de Domingos Martins, com base nos parâmetros disponibilizados pelo próprio TCE-ES, destacaram-se no decorrer de 2020, os seguintes aspectos para acompanhamento e adequação:</p> <p>a) Necessidade de criação de banner específico para disponibilização de dados da Educação e Saúde, para inserção de dados sobre merenda escolar, plano municipal de saúde e relação de medicamentos;</p> <p>Demandas da pandemia:</p> <p>b) Adequação do Portal por recomendação emitida pelo Ministério Público do ES, para disponibilização dos documentos referentes ao período da pandemia;</p> <p>c) Implementação de menus para inserção de documentos e disponibilização automática de informações:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Licitações e dispensas; - Contratos; - Receitas e despesas; - Legislação/Atos Normativos; - Ouvidoria e E-sic; - Comitê ou Conselho Covid-19; - Plano Municipal de Contingência; - Legislações Federais e Estaduais Covid-19. 	<p>Notificamos os setores responsáveis pelas informações deficitárias, bem como a empresa responsável pela manutenção do Portal e disponibilização dos menus de informação, para que providenciasse as correções e melhorias devidas, em caráter de urgência, conforme os seguintes documentos:</p> <p>a) Solicitação à empresa, via e-mail, para a implementação do banner “Educação e Saúde”, e links para a inserção de documentos “merenda escolar”, “plano municipal de saúde”, “relação de medicamentos” e “cronograma de atividades”;</p> <p>b) Solicitação à empresa, via e-mail, para a implementação do banner “Emergências” com link para disponibilização de documentos, depois alterado para nomenclatura “Covid-19”;</p> <p>c) Solicitação à empresa, via e-mail, para implementação dos menus necessários.</p>	<p>1. Regular – atendido pela empresa;</p> <p>2. Regular – atendido pela empresa;</p> <p>3. Regular – atendido pela empresa.</p>
3.2	Acompanhamento da elaboração da Carta de Serviços do Fundo Municipal de Saúde de Domingos Martins, para posterior publicação.	A Controladoria determinou que a Carta de Serviços do Fundo de Saúde fosse concluída, bem como fosse divulgada no site Oficial da Prefeitura e disponibilizadas de forma impressa nas dependências do Fundo.	Em andamento.
3.3	Utilização e o controle de veículos oficiais da Secretaria Municipal de Saúde de Domingos Martins, de forma a estabelecer maior controle sobre o emprego do patrimônio público e evitar desvios de finalidade.	<p>Providenciamos a elaboração da Recomendação Técnica nº 001/2020 (Processo nº 491/2020) recomendando a Secretaria Municipal para que seja observada a correta utilização e guarda dos veículos oficiais de competência de sua Secretaria, em especial, sob dois aspectos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Utilização apenas para fins de interesse público; - Guarda dos veículos na garagem oficial ou no pátio das Secretarias. <p>Destacou-se que os procedimentos já estavam previstos em Instrução Normativa STR nº 001/2014, e que os veículos oficiais devem ser guardados na garagem da Prefeitura ou nas</p>	Concluído.

Código	Achados	Proposições/Alertas	Situação
		<p>dependências dos órgãos oficiais, aos quais estão subordinados, e que apenas em casos excepcionais e devidamente justificados e autorizados pelos Secretários os veículos poderão permanecer na residência dos servidores, através do preenchimento do documento “Autorização para a guarda de veículos oficiais na residência de servidores”.</p> <p>Ressaltou-se que, ainda que seja autorizada e justificada a permanência dos veículos oficiais na residência dos servidores, é importante destacar os riscos inerentes a esta conduta, os quais serão assumidos pelo Secretário responsável e pelo servidor que dispõe do veículo, devendo, portanto, serem de fato casos raros e excepcionais.</p>	
3.4	<p>Pagamento de gratificações no período de enfrentamento da pandemia da COVID-19, com base em manifestações dos órgãos de controle externo.</p>	<p>A Controladoria providenciou a elaboração da Recomendação Técnica nº 002/2020 (Processos nº 1662/2020), alertou às Secretarias Municipais acerca da continuidade de pagamentos de adicionais e gratificações que exijam efetiva contraprestação do serviço por parte do servidor, em especial, devido à redução ou paralisação de algumas atividades no âmbito municipal.</p> <p>Reforçamos que, sobre alguns atos de pessoal, há omissão da legislação municipal sobre procedimentos a serem adotados em situações de emergência, e orientou-se pelo cumprimento das orientações disponibilizadas pelo próprio Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE-ES), em especial, no que concerne ao recebimento de adicional de insalubridade ou periculosidade, extensão de carga horária, gratificações de chefia, hora extra e vantagens em geral:</p> <p>“Como regra geral o pagamento das vantagens mencionadas no questionamento pressupõe o efetivo exercício da função ou cargo nas condições mencionadas. Portanto, salvo disposição em contrário no âmbito da legislação local, havendo o afastamento da função ou cargo sem o efetivo exercício da contraprestação a ela correspondente, o pagamento das referidas vantagens não deve ser mantido. Nos casos de gratificações de chefia, compete à Administração avaliar a conveniência e oportunidade de desconstituição dos provimentos e designações dos servidores que estejam ocupando esses cargos ou funções.”</p>	Concluído.
3.5	<p>Foi protocolada a Auditoria para averiguar os procedimentos de aquisição, recebimento, armazenamento, controle e distribuição dos medicamentos e materiais médico-hospitalares., porém somente foram iniciadas as fases de planejamento e visita nos setores. Não foi possível dar continuidade nos procedimentos diante da instauração da</p>	<p>A Controladoria justificou a paralisação da auditoria em retificação do PAAI 2020 e programou a auditoria para o exercício 2021.</p>	Em andamento.

Código	Achados	Proposições/Alertas	Situação
	pandemia e o surgimento de demandas específicas.		
3.6	<p>Da análise dos 16 processos de contratações e aquisições, realizados por meio de dispensa de licitação, relacionados a pandemia do COVID-19 no período de janeiro a maio de 2020, foram constatados os seguintes achados:</p> <p>a) Verificou-se que muitos processos não possuíam a documentação completa de verificação da regularidade fiscal e trabalhista do fornecedor, conforme prevista da Lei nº 8.666/93, art. 29, faltando, principalmente, a Certidão de Débitos Trabalhistas;</p> <p>b) Exigência de apresentação de documentação específica pela empresa no Termo de Referência, porém não foi incluída no processo;</p> <p>c) Exigência de apresentação de amostra pela empresa no Termo de Referência, porém não foi incluída Ata de Análise no processo;</p> <p>d) Inobservância pelo fiscal da aquisição do cumprimento dos prazos de entrega estabelecidos nos Termos de Referência dos processos;</p> <p>e) Prazos de entrega não sendo cumpridos pelas empresas;</p> <p>f) Utilização de justificativas de aquisição genéricas, e não condizentes com os itens a serem adquiridos;</p> <p>g) Falhas na elaboração do Relatório do Fiscal, com preenchimento de informações equivocadas e que não demonstram a realidade dos processos;</p> <p>h) Termos de Referência apresentam descrições genéricas, ou repetem constantemente Termos anteriores, favorecendo a ocorrência de inconsistências, além de apresentarem erros na redação, apresentando uma execução falha e não revisada, bem como uma redação bastante superficial e subjetiva;</p> <p>i) Documento demonstrando o fornecedor vencedor da Pesquisa de Preços com data anterior à data dos documentos das propostas apresentadas pelos proponentes;</p> <p>j) Constatou-se a inexistência de documento nos processos justificando a escolha do fornecedor, no caso, se tratando do menor preço, existência de documento comparativo de preços final, havendo a necessidade de analisar cada proposta para verificar qual fornecedor apresentou o melhor preço, dificultando a visualização do resultado da pesquisa de preços, que hoje só demonstra o vencedor no Relatório;</p>	<p>Com base no que foi realizado na Inspeção nº 001/2020, foram recomendadas em Relatório às Secretarias e setores envolvidos, as respectivas proposições:</p> <p>a) Cumprimento do exposto na Lei nº 8666/93, acerca da regularidade fiscal da empresa fornecedora, pela Secretaria e o fiscal da aquisição, mediante apresentação de TODAS as certidões do fornecedor na contratação e no pagamento;</p> <p>b) Ao exigir apresentação de documentação específica pela empresa no Termo de Referência, que a Secretaria garanta o cumprimento solicitando a documentação e anexando ao processo junto as provas de regularidade fiscal;</p> <p>c) Ao exigir apresentação de amostra pela empresa, que a Secretaria formalize e anexe no processo a Ata, conforme previsto no Termo de Referência, em que "a Comissão de análise emitirá Ata de análise do produto apresentado, (...) e emitirá um parecer devidamente fundamentado, aprovando ou contraindicando o(s) produto(s)";</p> <p>d) Conforme a IN 007/2017, a Secretaria junto ao Fiscal têm a obrigação de verificar os prazos de entrega, especificações e quantidades contratadas, averiguando se estavam de acordo com o estabelecido no instrumento contratual ou na Ordem de Compra, portanto, é atribuído ao fiscal da aquisição a verificação do cumprimento dos prazos estabelecidos no Termo de Referência pela empresa fornecedora. No caso, é determinada entrega imediata do material, porém as datas da nota fiscal e do ateste do fiscal não refletem o cumprimento do prazo. Recomenda-se que haja justificativa no Relatório do Fiscal acerca do não cumprimento de prazos ou instauração de processo para aplicação de penalidade;</p> <p>e) Que os prazos de entrega estabelecidos no Termo de Referência sejam praticáveis pela empresa fornecedora, caso contrário, que sejam revistos para as próximas aquisições;</p> <p>f) Que a Secretaria fundamente suas aquisições com justificativas adequadas e condizentes com o material a ser adquirido, atentando-se a aquisições onde o objeto possua itens variados que, muitas vezes, não utilizem da mesma justificativa;</p> <p>g) Recomenda-se que o fiscal atente-se à elaboração do Relatório do Fiscal e ao registro fidedigno das informações, pois é o documento que respalda a sua atuação no processo de aquisição, evitando responsabilização futura por</p>	<p>Regular.</p> <p>As proposições foram enviadas para a Secretaria, Setor de Compras e Procuradoria para ciência e providências.</p>

Código	Achados	Proposições/Alertas	Situação
	<p>k) Constatou-se que na maioria dos processos, foi adotado como parâmetro para pesquisa de preços, a cotação com potenciais fornecedores, porém, muitas cotações/propostas dos fornecedores vêm, muitas vezes, sem a data da proposta, sem a validade da proposta, e algumas vezes, com carimbos apagados;</p> <p>l) Constatou-se que os processos não possuíam procedimento padrão para verificação da regularidade fiscal e trabalhista para liquidação e pagamento, constando em alguns todas as certidões da empresa novamente; em muitos, apenas a Certidão de Regularidade do FGTS e Certidão de Débitos Federais; e em outros nenhuma comprovação. Pôde-se observar que algumas certidões já estariam vencidas nos estágios de liquidação e pagamento, e que não foram apresentadas novamente;</p> <p>m) Nas aquisições de pequeno valor, justificadas pelo COVID-19, fundamentadas no Inciso II, art. 24 da Lei nº 8.666/93, não houve a emissão do ato de dispensa, nem a sua publicação;</p> <p>n) Constatou-se que três processos inspecionados não possuíam Parecer Jurídico, sendo processos baseados no Inciso II, do art. 24, da Lei nº 8.666/93. Contudo, principalmente por serem processos de aquisição de materiais e serviços com a justificativa do COVID-19, a Controladoria entende ser importante o ato das Secretarias de submissão do processo a Procuradoria, para respaldo acerca da aquisição;</p> <p>Processo nº 1375/2020 – Fundo Municipal de Saúde</p> <p>o) Processo de prestação de serviço de sonorização volante não contendo cronograma de execução, ou seja, não especificou os locais de execução, horário de início e término diários da divulgação, e como seria realizada a fiscalização do serviço;</p> <p>p) Ateste no documento fiscal e Relatório do Fiscal com data anterior a data de emissão da Nota;</p> <p>q) Realização de serviço sem cobertura contratual.</p>	<p>não atuar com zelo em sua atribuição;</p> <p>h) É necessário que os servidores responsáveis pela elaboração do Termo de Referência sejam orientados sobre a importância do mesmo, e da urgência em redigi-lo de forma objetiva, clara e concisa, devendo sempre ser revisado por outros servidores, antes de ser encaminhado ao setor de compras. O Termo de Referência já foi item apontado em auditorias e inspeções anteriores como objeto de atenção pelos setores requisitantes, não só na sua elaboração, como no conteúdo abordado, sendo extremamente importante a análise individual de cada processo e das observações realizadas;</p> <p>i) Recomenda-se ao Setor de Compras que verifique a data que sai no documento demonstrando o vencedor da Pesquisa de Preço, pois a data do Relatório anterior à data de uma ou mais propostas apresentadas, invalidam esses documentos com data posterior, portanto, estas não poderiam compor a Pesquisa de Preços, muito menos serem consideradas as cotações vencedoras. Caso o relatório seja emitido diretamente de sistema, e seja identificado que há erro na emissão, que seja solicitado a empresa gerenciadora que verifique/corrija a data de emissão do documento, para que ele demonstre a data verídica da finalização da Pesquisa de Preços;</p> <p>j) Recomenda-se ao Setor de Compras que seja verificada a possibilidade de adoção de relatório que demonstre o resultado da pesquisa de preços através de um comparativo de preços dos itens cotados. Esse documento permitirá que os dados sejam melhor visualizados e justificará a escolha do fornecedor;</p> <p>k) A Controladoria emitiu Recomendação nº 003/2019, orientando para que o Setor de Compras variasse os parâmetros utilizados para cotação de preços; e divulgou a Recomendação nº 002/2020 emitida pelo Ministério Público de Contas, acerca das aquisições relacionadas ao Covid-19. Assim, diante das constatações, esta Controladoria recomenda que, os processos relacionados a aquisições de Covid-19 que possuem como parâmetro de cotação de preços, apenas a cotação com fornecedores, que os documentos possuam obrigatoriamente, dados básicos como: Nome da empresa; CNPJ; data; cotação do item; validade da proposta; carimbo e assinatura;</p> <p>l) Recomenda-se que seja padronizada a comprovação de regularidade fiscal e trabalhista nos processos da Administração Municipal nos estágios de liquidação e</p>	

Código	Achados	Proposições/Alertas	Situação
		<p>pagamento da despesa. Apesar de existir jurisprudências acerca da impossibilidade de retenção de pagamentos a fornecedores após a execução de serviços ou fornecimento de materiais, há necessidade de padronizar a instrução processual, principalmente, por gerar dúvidas nas Secretarias e nos setores que fazem parte do andamento no processo, incorrendo na situação acima citada, no qual temos processos com as certidões novamente apresentadas no total, em parte ou não apresentadas;</p> <p>m) Apesar de não estar previsto na Lei nº 8.666/93 a obrigatoriedade das dispensas previstas no Inciso II do artigo 24, serem comunicadas a autoridade superior para ratificação e publicação na imprensa oficial, no prazo de 5 (cinco) dias, como condição para a eficácia dos atos, a Controladoria recomenda, por entender como boa prática da Administração Municipal, a publicação do ato de dispensa devido serem compras justificadas pela pandemia. A publicação do ato de dispensa das aquisições e contratações ocasionadas pela COVID-19 está prevista na Lei nº 13.979/2020, quando forem fundamentadas com base nesta lei específica, o que não ocorreu nessas aquisições, porém, os processos de aquisição com a justificativa do COVID-19 estão sendo objeto de controle social e de Órgãos externos, o que justificaria a adoção de emissão e publicação do Ato;</p> <p>n) Recomenda-se que todos os processos decorrentes da pandemia do COVID-19 sejam submetidos à Procuradoria Municipal para parecer;</p> <p>Processo nº 1375/2020 – Fundo Municipal de Saúde</p> <p>o, p, q) Emissão de Nota de Inspeção nº 001/2020 acerca dos pontos identificados no processo, recomendando a ciência, análise e apuração pela Secretaria, e junto a Procuradoria, avaliação dos possíveis danos causados ao erário ou a Administração Pública.</p>	
3.7	<p>Da análise do Portal da Transparência, banner "Covid-19", foi possível verificar que alguns processos não estavam disponibilizados nos 03 menus existentes, que reúnem diversas informações dos processos de aquisição/contratação, como o da "Despesa Empenhada" no qual estão apresentadas informações gerais como número do processo, fornecedor, descrição do objeto e valor total; os menus das Licitações, Dispensas e Contratos, que encontram-se informações complementares do objeto como itens, quantidades e valores</p>	<p>Com base nos achados, foi averiguado, primeiramente, se havia sido um problema de publicação pelos setores, no qual foi possível solucionar algumas das pendências no Portal. Após esses acertos, não houve processos de aquisição que não estivessem demonstrados no menu da despesa.</p> <p>Restaram 09 processos que não tinham os atos de aquisição publicados automaticamente, no qual foi necessário o envio de ofício a empresa gerenciadora do Portal para verificação e apresentação de solução para poderem ser disponibilizados também dessa forma.</p>	Em andamento

Código	Achados	Proposições/Alertas	Situação
	<p>unitários; e ademais, o dos arquivos em PDF que estão disponíveis para download.</p> <p>a) 01 processo não disponibilizado no menu “Despesa empenhada”;</p> <p>b) 14 processos não disponibilizados nos menus de disponibilização automática do ato de aquisição (contrato/dispensa/ordem de compra).</p>		
3.8	<p>Da análise da Folha de Pagamento nos meses de abril, maio e junho, de 2019, dos registros das visitas e das respostas dos questionários enviados pelo Fundo, e dos demais documentos e legislações referentes a Pessoal, no âmbito da Auditoria nº 002/2019 (Processo nº 3.991/2019), observaram-se os seguintes pontos:</p> <p>a. Servidores em desvio de função:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Servidores exercendo funções divergentes do cargo de nomeação; - Servidores em cargo comissionado não exercendo função de direção, chefia e assessoramento técnico; <p>b. Quantidade significativa de atestados médicos apresentados pelos servidores, em especial, da Secretaria de Saúde e de Educação;</p> <p>c. Ausência de procedimento para apresentação e validação dos atestados médicos;</p> <p>d. Ausência de cronograma de férias anuais para os servidores;</p> <p>e. Existência de servidores com duas ou mais férias vencidas;</p> <p>f. Cômputo de horas-extras divergente pelas Secretarias;</p> <p>g. Cômputo de hora-extra no deslocamento de servidor;</p> <p>h. Ausência de documento formal para cômputo de Banco de Horas;</p> <p>i. Horas-extras não obedecendo quantidade de dias úteis no mês;</p> <p>j. Pagamento de horas extras sem comprovação, bem como sem autorização pelo Secretário;</p> <p>k. Concessão de extensão de carga horária sem fundamentação legal;</p> <p>l. Existência de um servidor sem comprovação do cumprimento da extensão de carga horária (médico) – Específico do Fundo Municipal de Saúde;</p> <p>m. Complementação do salário-mínimo sendo realizada com base no salário-base e não na remuneração total do servidor;</p> <p>n. Benefício do salário-família sendo pago a servidores com remuneração acima do limite</p>	<p>No exercício 2020 foi elaborado pela Controladoria e Secretaria de Administração, o “Manual de Orientações Sobre Atos de Pessoal” orientando sobre aspectos identificados na auditoria, a fim de esclarecer dúvidas nos procedimentos administrativos das Secretarias, dentre eles:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Empréstimos consignados; - Cômputo de horas extras; - Extensão de carga horária; - Desvio de função. <p>Foi realizada reunião com as Secretarias para apresentação do manual e esclarecimento de dúvidas.</p> <p>A Controladoria enviou as proposições às Secretarias que tinham casos de desvio de função e recebimento concomitante de extensão de carga horária e função gratificada.</p> <p>O acompanhamento da Auditoria 002/2019 será realizado no exercício 2021.</p>	Concluído

Código	Achados	Proposições/Alertas	Situação
	<p>permitido por lei;</p> <p>o. Recebimento concomitante de extensão de carga horária e adicional de função gratificada;</p> <p>p. Gratificação por participação em comissão com classificação diversa da natureza da vantagem;</p> <p>q. Casos de cômputo de horas extras realizadas sem comprovação;</p> <p>r. Equívoco no cálculo de horas extras de servidor – Específico do Fundo Municipal de Saúde;</p> <p>s. Cargo comissionado realizando compensação de horas extras em folga;</p> <p>t. Existência de recebimento de férias em dobro por servidores;</p> <p>u. Consignações em folha, excedendo o limite estabelecido no Estatuto;</p> <p>v. Leis municipais referentes a recursos humanos significativamente esparsa, pouco esclarecedora, defasada, subjetiva e não regulamentada.</p>		
3.9	Da análise dos pontos de controle selecionados da IN 68/2020 do TCEES, os achados foram disponibilizados no RELUCI.	As proposições ou alertas foram disponibilizados no RELUCI, referente ao ano de 2020.	Regular
3.10	Ausência de Normatização de procedimentos de alguns Sistemas da Prefeitura, bem como existência de procedimentos regulamentados que se encontravam desatualizados.	<p>A Controladoria, em parceria com os Sistemas instituídos na Prefeitura de Domingos Martins, providenciou a elaboração das seguintes Instruções Normativas novas:</p> <ul style="list-style-type: none"> Instrução Normativa SSP – Sistema de Saúde Pública nº 005/2020 (Decreto Normativo nº 3595/2020) – Dispõe sobre a concessão e distribuição de fraldas descartáveis geriátricas para pacientes residentes no município de Domingos Martins. 	Regular
3.11	A partir da aplicação do questionário online de Avaliação de Serviços Públicos e as respostas obtidas pelas Secretarias foi possível obter informações acerca de setores que contém falhas no desenvolvimento de suas atividades, em aspectos relacionados a atendimento, funcionamento, acessibilidade, entre outros.	Com as respostas obtidas na aplicação do questionário online, a Controladoria elaborou os Relatórios de Avaliação dos Serviços Públicos semestrais, que foram publicados no Portal da Transparência do município.	Regular
3.12	<p>Sobre a avaliação de riscos que abrangeu também o Fundo Municipal de Saúde, manifestando-se sobre os aspectos de pessoal, material, processos/documentos, entre outros, identificaram-se bons resultados, dos quais puderam ser indicados pontos fracos e fortes da Secretaria, além da verificação dos setores com maior risco atribuído.</p> <p>No que diz respeito a Avaliação do Controle Interno, foi possível averiguar uma boa interação do mesmo com as demais unidades gestoras e seus servidores; assim como, bom conhecimento dos trabalhos realizados pela</p>	Com base na análise dos resultados obtidos na Avaliação do Controle Interno e Identificação de Riscos, a Controladoria elaborou a Matriz de Riscos para fundamentar o Plano de Ação e de Auditoria para o exercício seguinte (2021).	Regular.

Código	Achados	Proposições/Alertas	Situação
	Controladoria. Ademais, em relação à Avaliação realizada no ano de 2020, as sugestões dos participantes acerca de setores e temáticas novamente envolveram pessoal/servidores , principalmente, em relação a capacitação e avaliação; e os processos, em especial, licitação e contratos , bem como a fiscalização em geral . O setor mais citado para ser incluído no PAAI 2021 foi a Secretaria de Obras, e em segundo as Secretarias de Interior e Transporte e Saúde.		

3 – Tomadas de Contas Especiais (TCE) e Procedimentos Administrativos instaurados na UG¹

Não houve instauração de Tomada de Contas Especial para o exercício de 2020, no Fundo Municipal de Saúde – FMS.

Domingos Martins ES, 24 de março de 2021.

Márcia d'Assumpção
Controladora Interna

Franciele Luzia Holz
Auditora Pública Interna – Matrícula nº 12640

¹ Artigo 22 da IN TC - 32/2014.